www.Desenredos.com.br

ENSAIO

A INTERDISCIPLINARIDADE AJUDANDO A HISTORIOGRAFIA

Carlos Augusto Costa de Souza

RESUMO
Pretende-se aqui propor uma reflexão sobre a interação do historiador, não somente com seus pares, como também com uma gama de atores que participam do processo de análise histórica, e que em muitos casos, não mantém qualquer tipo de vínculo acadêmico com a Historiografia. Com este propósito, apresenta-se um livro como apoio ao material didático. Neste contexto, surge a questão sobre a legitimidade, ou não, da intervenção desses interlocutores nos debates historiográficos, uma vez que, não raramente, tais intervenções trazem informações distorcidas, equivocadas e, em alguns casos, maliciosamente manipuladas.
Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Liberdade; Literatura; Criatividade; Ensino.

ABSTRACT
The aim here is to propose a reflection on historians' interactions not only with their peers but also with a range of stakeholders involved in the process of historical analysis, who in many cases have no academic ties to historiography. To this end, a book is presented as a supporting teaching material. In this context, the question arises as to the legitimacy of these stakeholders' intervention in historiographical debates, since such interventions often yield distorted, misleading, and, in some cases, maliciously manipulated information.
Keywords: Interdisciplinarity; Freedom; Literature; Creativity; Teaching.

21753903

1 DESAFIOS PARA O HISTORIADOR

Atualmente, muito se tem debatido sobre a liberdade de expressão. Considerando-se a relevância do tema em questão, faz-se mister tecer algumas considerações sobre o assunto, uma vez que o tema deste trabalho envolve este conceito. Uma reflexão sobre o papel do historiador exige que se compare este, não somente com seus pares, como também com uma gama de atores que participam do processo de análise histórica e que, em muitos casos, não mantêm qualquer tipo de vínculo acadêmico com a Historiografia.

Neste contexto, surge a questão sobre a legitimidade, ou não, da intervenção desses interlocutores nos debates historiográficos, uma vez que, não raramente, tais intervenções trazem informações distorcidas, equivocadas e, em alguns casos, maliciosamente manipuladas. O que se segue é o questionamento sobre a admissibilidade de tais intervenções nos cenários historiográficos. Seria aceitável oferecer resistência a essa tendência cada vez mais comum em nosso meio, ou seria cabível que se abrissem as portas em nome da liberdade de expressão?

No meio acadêmico, sempre estamos propensos a franquear, a todos, o direito de livre manifestação do pensamento. Infelizmente, essa abertura, não raramente, é usurpada por aqueles que, ou por falta de conhecimento, ou por má fé, fazem uso deste tão caro direito, com fins, no mínimo, questionáveis. Se não, vejamos: teriam todos o direito de falarem o que quiserem em nome da liberdade de expressão? Para os que ponderam que sim, consideremos a seguinte situação: em um teatro lotado, durante a exibição de uma peça infantil, alguém decide

usar a sua liberdade de expressão e grita: FOGO! As consequências de tal ato, com certeza, seriam catastróficas. Portanto, urge que se reflita sobre a necessidade de se colocar limites, ou não, nesse tão precioso direito. Nesse sentido, os mais equilibrados, dirão que tudo é uma questão de bom senso. Entretanto, por se tratar de uma questão com alto grau de subjetividade, torna-se inviável exigir-se bom senso em todos os casos. Deste modo, se faz necessária a adoção de outras medidas.

1.1 Caminhos a serem percorridos

O presente trabalho sugere, exatamente, o uso da interdisciplinaridade e da criatividade como instrumentos para superação desse impasse. Estes dois tópicos fazem parte de uma lista mais ampla proposta pelo historiador José D'Assunção Barros, como ferramentas das quais um historiador pode e deve se apropriar para tornar a arte do ensino historiográfico atraente, não apenas para os pares, mas principalmente para o público leigo, pois é esta parcela da sociedade que tem se mostrado vulnerável aos ataques de toda sorte de campanhas publicitárias, quer sejam de pessoas mal intencionadas, cujo objetivo seja desinformar a serviço de seus interesses, ou de pessoas sem muito esclarecimento e que acham que História é apenas o ato de contar histórias.

Vivemos tempos nos quais as pessoas sentem necessidade de estarem conectadas quase vinte e quatro horas por dia. Em casa, no trabalho ou no deslocamento para o local de suas atividades, manter-

se conectado parece quase uma obrigação. Se por um lado, isso possa representar algo positivo, pois pode sugerir que essa conexão traga informação e contribua, portanto, para agregar valores, por outro lado, traz uma preocupação sobre a qualidade da informação absorvida.

Valendo-se da constatação mencionada anteriormente, não são poucos os que se aventuram na saga de produção de conteúdo, tendo por objetivo conquistar seguidores e os seus cobiçados "likes". Mesmo considerando que esta seja uma demanda legítima, o que desperta nossa preocupação é exatamente o teor das informações disponibilizadas. Em certos casos, a abordagem é feita de modo descontraído, levando o receptor a um estado de descontração. No entanto, em determinados casos, esse mesmo efeito é capaz de induzi-lo a conclusões equivocadas, fazendo com que ele se posicione política, ou socialmente contra ou a favor de certos temas sensíveis, que mereceriam uma abordagem mais equilibrada dos fatos.

2 SAINDO DOS MUROS ACADÊMICOS

A partir desta constatação, surgiu a ideia de usar tais recursos, que já se mostraram tão eficientes no que diz respeito ao convencimento de determinados público-alvo, para a divulgação acadêmica de temas, que comumente são abordados em círculos fechados, através de palestras e conferências nas quais se faz o uso mais que legítimo da norma culta e acadêmica para os debates entre pares, entretanto, dessa

vez, usando uma linguagem híbrida, de modo a potencializar o alcance do ensino historiográfico que, dessa forma, extrapolaria os muros acadêmicos.

Uma das ferramentas apontadas por Barros, para apoiar o historiador na árdua tarefa de transmitir conhecimento historiográfico, de modo a seduzir o seu público-alvo, quando este pertencer ao meio extra-acadêmico, é a criatividade (Barros, 2019, p.33). Tal recurso, como já mencionado, tem sido usado amplamente por aqueles que se aventuram no que consideram ser História, ou seja, História como o simples ato de contar histórias. Nesse sentido, Flor de Setembro: um romance acadêmico é um ensaio de como um historiador pode se adaptar aos novos tempos e se utilizar de outros campos, como a Literatura, a Música, o Cinema, os Ambientes Virtuais e tantos outros meios para alcançar um público carente de abordagens amparadas em bases científicas e acadêmicas.

Neste trabalho, propomo-nos tratar de assuntos acadêmicos, relativos ao ensino de História, informalmente, entretanto, sem renunciar ao embasamento científico. Sendo assim, por se tratar de um romance, retirou-se a ênfase dos procedimentos padronizados de ensino, deixando-se a critério das personagens, expressarem, livremente, suas opiniões e dúvidas. Nesse sentido, algumas colocações aparecem sem o compromisso rigoroso de uma base acadêmica, inclusive, para que se tenha a oportunidade da promoção de debate.

O romance se passa, predominantemente, em uma instituição de ensino, cujo objetivo é a inclusão de alunos de uma comunidade

carente em um projeto social, financiado com recursos estrangeiros e que desperta o interesse de forças políticas e empresariais, que pretendem tirar vantagens do projeto. No entanto, tais forças encontram resistência por parte de um professor compromissado com o bem-estar de seus alunos. Assim, é interessante observar, que alguns personagens são incluídos na trama, justamente para promoção do contraditório. Nestes casos, optou-se por não fazer qualquer tipo de correção, pois o desejável é que o leitor leigo que, basicamente é o alvo que se pretende alcançar, identifique-se com a personagem e se sinta representado em suas dúvidas e questionamentos.

Em hipótese alguma se propõe, aqui uma reformulação no ensino de História. O que, aqui se almeja, é a utilização de mais um meio de ensino, cujo propósito seja auxiliar, os já existentes, devido às inserções verificadas, ultimamente, no ensino historiográfico, de conteúdos oriundos de fontes sem a base acadêmica necessária para o fim a que se propõem e que, na verdade, possam estar a serviço de outros propósitos que não o de esclarecer e ensinar.

Flor de Setembro: um romance acadêmico compõe a segunda parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do curso de História do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Esse trabalho, em sua primeira parte, é composto por esse artigo de direcionamento e introdução da ideia proposta. Em sua segunda parte, ele é composto pela parte prática do projeto, em forma de um livro, cujo tema e propósito foram expostos anteriormente.

2.1 A Educação e seus desafios

Apesar de podermos constatar que, a partir da década de 1980 tenham se verificado significativas mudanças no ensino de História no Brasil, ainda há um longo e muito promissor caminho que pode ser percorrido pelo historiador que deseje ver seu trabalho estendido para além dos limites acadêmicos. De acordo com a pesquisadora Ernesta Zamboni, a década de 1990 teria sido marcada pela busca de novos enfoques e paradigmas para a compreensão da prática docente e dos saberes dos professores. No entanto, Zamboni reconhece que tais temáticas ainda são pouco valorizadas nas investigações e programas de formação de professores (Zamboni, 2001, p. 106).

É inegável que a música, por exemplo, tem imenso poder, quando usada como instrumento facilitador para o ensino. No entanto, ela está, comumente, associada à educação infantil. Creio que o historiador não deveria abrir mão desse recurso para divulgação de seu trabalho. Nesse sentido, também podemos incluir a Literatura como aliada nessa missão. As tramas literárias têm cativado a atenção de públicos, os mais diversos, através dos tempos, e esse é um dos maiores desafios do historiador: cativar a atenção de seu público-alvo.

Desde a chegada dos Jesuítas ao Brasil, a Educação tem sido um campo de disputas ideológicas. Apesar de sua contribuição para a Educação, não se pode deixar de observar o viés religioso, que cumpria um propósito que ia além de apenas educar. Nesse

contexto, a reforma promovida pelo Marquês de Pombal foi um passo em direção à secularização do ensino, abrindo caminho para a inclusão de novos métodos de abordagem educacional.

2.2 Adaptação aos novos tempos

Hodiernamente, o tema ambiental surge como uma urgência inadiável. Apesar de constatarmos, a cada dia, manifestações da natureza, indicando que as previsões de uma "cobrança" eminente para daqui a cinquenta anos, ou mais, foram antecipadas para os nossos dias, cada vez mais somos afrontados por vozes, com ampla repercussão midiática, que negam as crises ambientais e se alinham a forças que promovem leis de agressão ou omissão quanto a esse tão relevante assunto. Insta destacar que, em meio a todo esse lamentável panorama, encontramos vozes como a do cineasta canadense, James Cameron, que através do filme Avatar consegue transmitir brilhantes lições sobre preservação ambiental e consciência ecológica, de forma que até mesmo aqueles que não possuem interesse no assunto, acabam sendo envolvidos. Nesse sentido, percebe-se que o uso de recursos não tradicionais pode, e deve, ser apropriado por todo aquele que precisa transmitir conteúdo educacional. Nesse contexto, o historiador não pode desistir de usar todos os recursos disponíveis para a divulgação de seu trabalho.

Some-se a isso o fato de que, quando levamos em conta a questão da evasão escolar, deparamo-nos com números que indicam a necessidade urgente de se tomar medidas eficazes para a reversão

desse quadro. São vários os motivos que levam um jovem em idade escolar a se evadir desse ambiente. No entanto, esse não é o objetivo desse trabalho, pois demandaria um processo mais longo e detalhado de análise de um assunto tão importante e sensível. Outrossim, o que, aqui se propõe é a utilização de um recurso para melhorar a abrangência do ensino, e no caso em questão, o ensino de História.

É preciso destacar que essa ideia não é original, no sentido de ser inédita. Esse recurso já é utilizado por alguns escritores, como o britânico Ken Follett, no livro *Queda de Gigantes* (2012), da trilogia *O Século*, da Editora Arqueiro. O livro conta a história de cinco famílias, em cinco países, que têm seus destinos marcados em um período conturbado da história. O enredo de Queda de Gigantes, o primeiro volume, ambienta-se no início do século XX, quando as potências da Europa estão prestes a entrar em guerra. A trama entrelaça as vidas de personagens fictícios e reais como o Rei Jorge V, o Kaiser Guilherme, o presidente Woodrow Wilson, o parlamentar Winston Churchill e os revolucionários Lênin e Trotsky. Na verdade, trata-se de um romance com um pano de fundo histórico. Seguindo esse raciocínio, o que está sendo proposto, neste presente trabalho, é que um historiador possa se apropriar de recursos literários para a divulgação de conteúdos historiográficos.

3 HISTÓRIA PÚBLICA

> Em seu sentido mais simples, História Pública se refere à atuação dos historiadores e do método histórico fora da academia: no governo, em corporações privadas, nos meios de comunicação, em sociedades históricas e museus, até mesmo em espaços privados. Os historiadores públicos estão atuando em todos os lugares, empregando suas habilidades profissionais, eles são parte do processo público. Uma questão precisa ser resolvida; uma política pública precisa ser elaborada; o uso de um recurso ou uma atividade precisa ser melhor planejada – eis que os historiadores serão convocados para trazer à baila a questão do tempo: isso é História Pública (Leal, 2017).

De acordo com Bruno Leal, os historiadores públicos poderiam empregar suas habilidades em qualquer lugar. Desse modo, a proposta, ainda segundo Leal, teria surgido na Califórnia para considerar onde mais, para além da sala de aula, poderia atuar o formado em História. Sendo assim, a História Pública, poderia ajudar a ampliar o leque de possibilidades. Como toda proposta inovadora, a ideia de uma História com participação de leigos sofreu intensas críticas, sob a alegação de que a qualidade do ensino de história seria comprometida, uma vez que para se alcançar o objetivo de uma democratização de conteúdo, inevitavelmente se faz mister uma abordagem mais popular com o uso de um vocabulário menos rebuscado do que o utilizado

corriqueiramente nos meios acadêmicos. Nesse sentido, seria correto afirmar que o uso de uma linguagem rebuscada seria indicativo de um conteúdo de maior qualidade?

A questão que tem sido alvo de tantos debates é se somente o historiador estaria autorizado a fazer História Pública ou se outros atores também participariam da elaboração desta História, tendo em vista uma percepção de que o ensino de história tem sido franqueado a muitos, que não necessariamente fazem parte do meio acadêmico, ou quando fazem, não são na maioria das vezes, historiadores. Neste contexto, a proposta deste trabalho é exatamente explorar as diversas formas de interdisciplinaridade para oferecer conteúdo com aval acadêmico.

Como já foi abordado, muito se tem debatido sobre a liberdade de expressão, e não se pode ignorar a relevância do tema em questão. Portanto, faz-se necessário que haja reflexões sobre o papel do historiador e que surjam questões sobre a legitimidade, ou não, da intervenção desses interlocutores nos debates historiográficos, uma vez que, não raramente, tais intervenções trazem informações distorcidas, equivocadas e, em alguns casos, maliciosamente manipuladas. Seria aceitável oferecer resistência a essa tendência cada vez mais comum em nosso meio, ou seria cabível que se abrissem as portas em nome da liberdade de expressão?

A questão que tem sido alvo de tantos debates é se somente o historiador estaria autorizado a fazer História Pública ou se outros atores também participariam da elaboração desta História, tendo em vista uma percepção de que o ensino de história tem sido franqueado a

muitos, que não necessariamente fazem parte do meio acadêmico, ou quando fazem, não são na maioria das vezes, historiadores. Uma vez que escritores, cineastas e, até mesmo influenciadores digitais, estejam se apropriando de conteúdos historiográficos para construção de seus projetos, logo, seria razoável considerar que o historiador possa sentir-se à vontade para usar sua criatividade em favor de sua obra.

As historiadoras Juliana Sayuri Ogassawara e Viviane Trindade Borges discutem as relações entre o historiador e a mídia, sob a perspectiva da História Pública. As autoras analisam o contexto de produção da série Guia Politicamente Incorreto (Ogassawara e Borges, 2019, p.37-59) e consideram a dimensão da História Pública como esfera de divulgação do conhecimento histórico e suas inter-relações com outras áreas como o cinema e o jornalismo. Desse modo, refletem sobre a situação enfrentada por historiadores que compartilham conhecimentos com diversas audiências.

Segundo as autoras, "temáticas históricas são frequentemente abordadas em diversas produções midiáticas, do jornalismo ao cinema, perpassando diferentes suportes de difusão de informações, perspectivas, temporalidades" (Ogassawara e Borges, 2019, p.37-59). No entanto, segundo elas, apesar da ampliação das audiências, essas produções muitas vezes são alvos de diversas críticas, especialmente feitas por acadêmicos, em relação a imprecisões factuais e abordagens superficiais da história.

Ogassawara e Borges lembram que, no Brasil, passou-se a discutir dimensões da História Pública, especialmente a partir da década de 1990, num contexto marcado por uma despertada demanda

por memória após o fim da ditadura militar e com o processo de redemocratização. Ainda afirmam que, no país, a História Pública pode ser compreendida como estímulo para reflexão. Ainda acrescentam que o debate sobre História e Jornalismo, que protagoniza discussões a respeito da História Pública, é muito mais complexo e não pode ser reduzido a uma simples dicotomia. Nesse contexto, citam o também historiador, Ricardo Santhiago que assinala haver rejeição de historiadores ao trabalho de História Pública feito por outros profissionais: "Aventureiros, marqueteiros, oportunistas: os 'outros' (os jornalistas, principalmente), que costumam ser retratados assim, geralmente, em falas – que não são fruto de análise, mas de juízos de valor" (Santiago, 2016, p. 29-30).

Vale destacar o artigo do professor Miguel Barboza Castro, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sobre os usos do passado sensível no ambiente digital: o "Brasil: Nunca mais Digital" e o projeto "eva.stories", cuja ideia é "pensar o papel da internet enquanto catalisadora de formas de disseminar, resistir e pensar sobre a memória e eventos traumáticos, além de compreender sua interação com diferentes audiências" (Castro, 2020).

Castro reflete sobre os "efeitos da instrumentalização do passado no ambiente digital, inseridos no escopo da história pública, em que a relação entre audiência e historiador não é a mesma tradicionalmente constituída no campo da História". Nesse sentido, propõe uma interação entre público e historiador acerca desses usos do passado, e examina as iniciativas Brasil Nunca Mais Digital e o eva. stories, buscando "entender e propor a reflexão em torno dos usos

do passado traumático/sensível, em plataformas tão distintas, com públicos-alvo diversos e instrumentais técnicos e teóricos variados" (Castro, 2020)

O projeto Brasil: Nunca Mais foi uma iniciativa de religiosos – ligados, principalmente, às igrejas Católica e Presbiteriana – e de advogados que objetivavam colher informações, junto ao Superior Tribunal Militar (STM), a respeito de violações dos direitos humanos pelo Estado brasileiro ao longo da ditadura civil-militar, além de preservar os processos judiciais de desaparecimento no período de redemocratização para reunir essa documentação em um "livro-denúncia". Advogados de presos políticos acusados pelo Estado brasileiro perceberam que poderiam se aproveitar do período de 24 horas, da custódia provisória dos autos (a partir de 1979 com a promulgação da Lei da Anistia) para executar um processo de reprodução (e futura divulgação) dos processos.

A partir do financiamento de entidades ligadas à Igreja, foi possível dar início ao processo de cópia e microfilmagem dos autos judiciais, que foi desenvolvido na clandestinidade, devido ao receio de apreensão da documentação fotocopiada. Segundo Castro, devido à necessidade de acompanhar o impulso tecnológico que, desde os anos 1990, se tornou cada vez mais inevitável, surgiu a ideia de inserir o acervo do Brasil: Nunca Mais no ambiente digital potencializando, ainda mais, o acesso aos processos. Surge, então, o Brasil: Nunca Mais Digital

Já o perfil, eva.stories, baseou-se no *Éva lányom* (*Minha filha Eva*), o diário de Eva Heyman, publicado em 1948, em húngaro, por sua mãe Zsolt Agnes, retratando os fatos ocorridos até a sua deportação par o campo de concentração em Auschwitz-Birkenau. Ao longo do tempo, Eva registra sua angústia e seu temor com as situações que vêm acontecendo em sua cidade, mas principalmente com amigos e a própria família. Setenta anos depois, surge a ideia de "atualizar" a memória do holocausto para a, assim denominada, geração millennial, imaginando Eva Heyman sem um diário e uma caneta em mãos, mas sim um smartphone e uma conta no Instagram.

Enquanto o Brasil Nunca Mais Digital tem como objetivo ampliar o acesso e expandir as possibilidades documentais de seu acervo, o projeto eva.stories ambiciona atingir emocionalmente um público-alvo jovem. Apesar do itinerário próprio que cada projeto possui, segundo Castro (2020), é possível que haja diálogo entre ambos, ou seja, uma História Pública Digital, mesmo que, segundo o autor, não se declarem como tal.

Infere-se, portanto, que apesar de haver muitas controvérsias sobre o tema, cada vez mais a História Pública tem ampliado sua área de ações. Podemos, inclusive, citar a experiência do Centro de Documentação e Imagem da Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro - Campus de Nova Iguaçu (CEDIM), como grande fomentador de iniciativas que visam usar plataformas digitais como apoio ao historiador. Nesse contexto, também se insere outra experiência, a do Café História, idealizado por Bruno Leal que propõe uma nova

abordagem para o ensino de História. Nesse sentido, são relevantes as palavras de Benito Schmidt (2020) que se mostra a favor de o historiador participar de debates públicos, principalmente os que envolvem temas sensíveis, e destaca que um grande desafio para o historiador é manter a complexidade da abordagem, sem que se perca a eficiência da comunicação.

Infere-se, também, que uma vez que escritores, cineastas, e até mesmo influenciadores digitais estejam se apropriando de conteúdos historiográficos para construção de seus projetos, o historiador possa sentir-se à vontade para usar sua criatividade em favor de sua obra. Nesse sentido, o que se propõe não é que seja vedada a participação de agentes que não possuam vínculos acadêmicos estreitos, compromissados com a Historiografia, e sim que os recursos disponibilizados a esses, possam, também, ser utilizados pelo historiador.

4 A PROPOSTA DO TRABALHO

4.1 Público-alvo do romance

Entende-se que o trabalho, em questão, possa ser dirigido a um público-alvo que vá desde alunos do ensino fundamental, passe pelo ensino médio e estenda seu alcance a todas as pessoas externas ao mundo acadêmico. Nesse sentido, poderia ser usado como material de apoio ao livro didático, uma vez que, a partir dos assuntos ali abordados, abre-se um leque de possibilidades para promoção de debates e temáticas de pesquisas. Ainda vale destacar que, devido à

sua proposta de uso de uma linguagem mais acessível, o romance ganha forças para alcançar grupos que poderiam ter dificuldades em assimilar conteúdos apresentados nos padrões frequentemente usados em publicações acadêmicas de ensino.

Durante o período da graduação, foi possível perceber o esforço de alunos que buscavam o uso de palavras rebuscadas para expressar seus pensamentos. Não há dúvidas de que a erudição seja algo louvável. Entretanto, tal prática, na maioria das vezes, afasta uma parte dos leitores que não se identificam com esse tipo de linguagem. Aqui, não se propõe um nivelamento por baixo só para que uma determinada camada da sociedade seja alcançada, e sim apenas uma proposta, entre, tantas, direcionada a um público específico.

Faz-se mister observar que, é plenamente possível manter a norma culta da língua e ainda assim, usar de estratégias que facilitem uma assimilação mais ampla. Entendendo o contexto de um tempo em que as informações circulam de modo a conquistar, custe o que custar, uma audiência cada vez maior, o historiador/professor precisa sentir-se desafiado a se enveredar por essas trilhas que exigem estratégias cada vez mais ousadas, para que haja, sim informações trafegando em círculos, os mais variados, porém com base acadêmica e científica.

Tendo esta perspectiva em vista, tal proposta pode ser considerada, no mínimo, como desafiadora. Assim, as estratégias apresentadas na formulação do livro podem ser consideradas como ferramentas de apoio e que podem ser de grande valia para o meio acadêmico.

4.2 A forma de linguagem escolhida

O projeto de escrita de um livro passa necessariamente por diversas etapas. Entretanto, a primeira delas é a que vai direcionar o caminho a ser seguido e para sua definição é imprescindível que se tenha em mente o público que se pretende alcançar. Por isso a escolha da linguagem a ser adotada na obra é o marco inicial e que irá orientar todas as demais escolhas que deverão ser feitas no decorrer do processo.

4.2.1 O porquê do uso da linguagem coloquial

A questão do uso da linguagem coloquial, no romance, pode gerar alguma inquietação crítica. Na verdade, toda crítica sempre é bem-vinda ao debate. Vale a pena lembrar que essa não é uma experiência original, pois como já foi tratado neste trabalho, alguns autores já recorreram a esse expediente para desenvolvimento de suas obras.

Vale destacar que o escritor (cronista, contista, folclorista, romancista, crítico e teatrólogo, político e professor) brasileiro, membro da Academia Brasileira de Letras, onde foi fundador da Cadeira número 2, Coelho Neto, recebeu várias críticas, ao tentar reproduzir a linguagem dos escravizados, no romance O Rei Negro. Dessa forma, Coelho Neto procurou criar um ambiente que aproximasse o leitor de um mundo ainda distante da realidade do início do século XX, período de lançamento do livro. Deve-se salientar que este é apenas um exemplo do uso da linguagem coloquial, independentemente da

intencionalidade do autor. Note-se que este recurso sempre se mostra eficaz em aproximar o leitor da obra, embora, como já mencionado, possa gerar críticas.

Hodiernamente, constatamos haver debates sobre o uso do humor. Nesse sentido, há quem afirme que quando se trata de humor, pode-se dizer qualquer coisa sem necessidade de filtro ético ou moral. Não foi essa a premissa usada na escolha deste recurso. Desse modo, cabe ressaltar que o humor não serve de disfarce para se cometer quaisquer formas de discriminação.

Isto posto, diga-se que no livro, o humor é utilizado para suavizar temas, cuja complexidade tornaria a leitura mais pesada. Uma vez que uma das propostas deste trabalho é que o livro seja utilizado como material de apoio ao ensino de História para alunos que ainda estão desenvolvendo o hábito da leitura, a narrativa foi elaborada de modo a fazer com que a leitura se tornasse o mais suave possível. Temas sensíveis, quando apresentados com humor, têm maior probabilidade de convencimento. Com toda certeza, não se intenciona diminuir a relevância de tais assuntos, mas apenas retirar parte da carga semântica que poderia produzir um impacto além do esperado.

4.3 O porquê das generalizações

Um grande desafio que o professor enfrenta em sala de aula é, sem dúvidas, saber como cativar a atenção do aluno para o tema abordado. Educadores, em várias partes do planeta, buscam soluções que ajudem a manter o foco de seus alunos nas matérias oferecidas em

sala de aula, incluindo a proibição do uso de celular e outros dispositivos que disputam, de forma muito desigual, com os professores, a atenção dos alunos.

Desse modo, várias estratégias têm sido adotadas para prender a atenção de seu público-alvo. Deve-se ressaltar que este não é um desafio apenas para os professores. Todo orador, compromissado com a efetividade de seu ofício, por precisar que sua mensagem seja internalizada por sua audiência, faz uso dos mais diversos recursos para que este fim seja alcançado. Nesse sentido, é imprescindível que o professor tenha, a seu dispor, ferramentas de apoio para realização de seu trabalho.

No decorrer dos capítulos de *Flor de Setembro*, procurou-se mesclar situações que trazem generalizações, exatamente com o propósito de promover debates. Ao indicar a leitura deste livro aos seus alunos, o professor poderá, a partir destas generalizações, introduzir as complexidades que os temas abordados exigem. Em um primeiro momento, o aluno é levado a conhecer o tema de forma superficial, que geralmente oferece soluções fáceis e aparentemente óbvias. Após este primeiro contato, o professor terá a oportunidade de problematizar o tema.

A modernidade está quase sempre associada à velocidade. Não creio que seja verdade que os jovens estejam perdendo o gosto pela leitura. Creio, sim, que quando esta leitura não se desenvolve na velocidade requerida por boa parte destes leitores, o interesse vai diminuindo e a leitura é abandonada, em alguns casos. Vale ressaltar que o exposto anteriormente, verifica-se, também, na utilização de

outros tipos de plataformas. Nesse sentido, é muito comum que as pessoas se utilizem de uma velocidade mais acelerada para ouvir suas mensagens de áudio, ou até mesmo para ouvirem seus audiolivros.

A partir destas constatações começaram a ser oferecidos conteúdos que atendam a essas expectativas. Um exemplo disto é o Brasil Paralelo que, segundo sua própria definição, é uma empresa privada de jornalismo, entretenimento e educação, que transmite produções originais, filmes e desenhos, em sua plataforma própria, além de programação gratuita em canais abertos. O que deve ser ressaltado é que os conteúdos, apresentados, chegam ao público de uma forma estruturada a atender aos apelos por informações fáceis de serem absorvidas e processadas, mesmo e principalmente por quem desconhece o assunto abordado. No entanto, não há o contraditório e as generalizações feitas não passam por qualquer crivo crítico, não sendo, assim, problematizadas.

Faz-se mister dizer que vários temas sensíveis estão embutidos em meio às tramas do livro. Alguns são facilmente identificados como, por exemplo: eurocentrismo, preconceitos religiosos e linguísticos, e bullying. Desse modo, o aluno poderia se beneficiar com a discussão desses conceitos, que seria conduzida com a mediação acadêmica do professor e não no ambiente "livre" das redes sociais, sujeito a todo tipo de manipulações.

Já existe, em vários países, incluindo o Brasil, uma grande preocupação em se regular o conteúdo das redes. No entanto, está é uma batalha que ainda irá enfrentar grandes obstáculos, devido ao enorme poder econômico das Big Techs, que são as grandes empresas

de tecnologia que dominam os mercados ao redor do planeta, e que se utilizam das informações, de acordo com interesses, na maioria das vezes, não muito claros. Nesse sentido, é fundamental oferecer informações de qualidade para o maior público-alvo possível.

Resta reforçar que, por mais que a tecnologia avance, o livro irá sobreviver, mesmo que para isso precise se adaptar aos novos formatos disponíveis. Seguindo este raciocínio, não somente o formato físico precisa ser adaptado, como também as propostas neles contidas

5 O LIVRO COMO APOIO AO MATERIAL DIDÁTICO

Cada capítulo do livro *Flor de Setembro*: um romance acadêmico inicia- se com um poema. Entre as muitas tarefas árduas para todo estudante, figura aquela em que o professor solicita que o aluno diga qual era a intenção do autor quando escreveu tal ou tal texto. Com o propósito de facilitar tal compreensão, afirmo que a intenção foi trazer leveza para a leitura, de modo que os temas abordados pudessem ser ambientados, de modo a causar o mínimo de desgaste possível nas mentes que buscam nos livros, o prazer da leitura, independentemente da complexidade de tais temas.

Pode-se observar facilmente que quando a mente do leitor é preparada para a leitura, a mensagem encontra um solo mais fértil para prosperar. Nesse sentido é que tramas policiais, mistérios, casos a serem solucionados por detetives habilidosos e o velho e bom romance amoroso conseguem sempre bons resultados na conquista dos leitores.

Note-se que os temas dos poemas não são aleatórios. Todos eles possuem estreita ligação com o conteúdo abordado no livro e, como será explicitado a seguir, há um tema subjacente que permeia todo o livro e que faz parte da estrutura dos poemas, mesmo quando um dos temas é a relação do indivíduo com a morte. A morte, que durante toda a existência humana é considerada como um inimigo a ser derrotado, recebe um tratamento, no mínimo curioso em um dos poemas, com o propósito de tornar a leitura ainda mais interessante.

5.1 A questão do tempo

A modernidade e os avanços tecnológicos estão diretamente ligados à questão do tempo. A sociedade posterior à Revolução Industrial foi diretamente impactada pela forma como o tempo passou a ser considerado. Esta é uma boa reflexão para ser tratada em sala de aula. *Flor de Setembro*: um romance acadêmico traz, implícita em si, esta relação com o tempo. Com a epígrafe "Para aqueles que sabem que o tempo nada cura e não faz esquecer; apenas passa", o romance indica sua estreita relação com o tempo. Suas personagens principais são separadas pelo tempo e o amor é frustrado por essa separação. Vale a pena destacar a relação entre alguns nomes e a noção de continuidade. Vejamos: Febvre , Márcia, Julho, Otávio....Estes nomes foram escolhidos de modo que, mesmo de forma sutil fizessem com que o leitor pudesse fazer alguma relação com os meses do ano e consequentemente com o passar do tempo. Deve-se ressaltar que este não foi o único recurso utilizado para alcançar esse propósito.

Analisar a relação do livro com o tempo pode ser uma boa atividade de reflexão para os alunos. Nesse sentido, pode-se sugerir como a relação do ser humano com o tempo tem mudado, afetando, assim, todo um contexto de interação social. Tal reflexão pode levar os alunos a pensarem como o tempo influenciava as sociedades primitivas, que viviam numa total dependência de fatores climáticos e de eventos, ao seu ver, totalmente aleatórios, até que essa relação começou a ser mapeada por fases da lua e estações do ano, até a invenção do relógio. Vale a pena observar as variações do comportamento humano durante a transição de um período em que o Tempo era o senhor das atividades humanas para um momento histórico em que a humanidade foi levada a precisar cumprir jornadas de trabalho regulamentadas não apenas pelo tempo, como também por aqueles que passaram a deter o controle sobre este.

Nesse contexto, acontece uma grande mudança nas sociedades que passam a viver sob a ditadura do relógio. Logo, o aluno pode ser levado a identificar os eventos que concorreram para tal, o que os levará fatalmente à Revolução Industrial e a todo um processo de adequação do modo de vida rural para o urbano.

Como pôde ser observado, trabalhar o tempo em sala de aula pode ser uma atividade altamente interessante e que, certamente, prenderá a atenção dos alunos por uma jornada permeada de informações e curiosidades.

5.2 A Escravidão

A escravidão, por ser um tema muito sensível, precisa ser abordada de maneira a envolver a turma sem criar tensões desnecessárias que poderiam desviar o foco do assunto. Uma excelente maneira de se fazer isso é através do humor. Como já foi abordado anteriormente, a opção pelo humor se fez, não com o intuito de estar livre para cometer qualquer ato de discriminação sem ter que responder por suas consequências, e sim par suavizar o tema, de modo que o mesmo possa ser tratado com a dignidade que merece.

Por muito tempo a questão racial foi tratada com um tipo de humor que desrespeitou e diminuiu os afrodescendentes. Por que não se utilizar desse recurso de forma a chamar a atenção e defender essa maioria em nosso país, mas que sempre é tratada com status de minoria?

Em uma passagem do livro, em um contexto pós apocalíptico, seres extraterrestres chegam à Terra e tentam decifrar fontes arqueológicas que sugerem como os humanos trataram a questão da escravidão. Muito se tem questionado a respeito da reação daqueles que sofrem com a discriminação racial. Há quem argumente que em um passado, não muito distante, era muito comum se fazer piadas e todo tipo de comentários e insinuações preconceituosas sobre os negros sem que esses reclamassem disso. Afirmam, ainda, estar havendo na atualidade, um excesso de zelo com essa questão. Por isso, o professor teria amplo material para discutir sobre o tema e sobre

comportamentos no passado em contraposição ao posicionamento verificado atualmente.

Merece destaque, o fato de o tema ser abordado no livro de uma forma leve e descontraída, como na passagem em que uma personagem externa sua concepção de como entendia que os escravizados teriam sido capturados, na África, pelos europeus que, segundo seu entendimento do assunto, corriam atrás dos nativos como quem caça borboletas. Mais uma vez, uma questão tão complicada como a que envolveu o tráfico negreiro e seus desdobramentos com as elites europeias e africanas, é colocada para reflexão de forma sutil.

5.3 O Bullying no ambiente escolar

O bullying, é um inimigo desafiador que desconhece barreiras sociais. Mesmo em países mais desenvolvidos e em instituições de grande investimento financeiro, verifica- esta prática que não somente constrange, como também pode levar a reações violentas que em não poucas vezes acabam em tragédia.

Esse mal que, às vezes começa na escola, entretanto pode se irradiar para além dos muros desta, e que atinge um número incontável de alunos em todas as salas de aula do planeta, é retratado em uma situação, no romance, em que o professor, ao chegar em sala de aula, encontra alguns alunos discutindo de forma acalorada sobre uma situação ocorrida fora do ambiente escolar e transportado por estes, para a sala de aula. Nesse momento, o professor usa de muita

habilidade para pôr fim à questão. A partir deste episódio, o assunto pode ser trazido para sala de aula para debates e reflexão dos alunos.

5.4 O Eurocentrismo

Em dado momento, no romance, dois professores que se envolvem em uma discussão sobre os diversos interesses que podem motivar a escolha por determinado material didático, debatem calorosamente sobre a postura de uma aluna, que durante a apresentação de um trabalho escolar, decide exibir o mapa mundial de "cabeça pra baixo". Segundo a aluna, a orientação do mapa não faria sentido, uma vez que por ser a Terra redonda, segundo ela, o posicionamento da Europa, no centro e acima, seria totalmente arbitrário.

Mais uma vez, um assunto complexo é abordado de forma genérica, justamente para que se abra espaço para o contraditório. A visão, a princípio descabida e ingênua de uma aluna, na verdade abriga uma discussão, praticamente interminável e controversa sobre o papel das potências e impérios europeus e suas postulações sobre seus pretensos direitos de colonizar determinadas áreas do planeta.

O Eurocentrismo, presente na maioria de nossos materiais didáticos, pode ser colocado em debate, a partir deste ponto, chamando a atenção dos alunos sobre temáticas que podem envolver desde questões como a reflexão sobre as descobertas, como as justificativas europeias para a dominação, colonização e formação de impérios.

5.5 O preconceito religioso

Em outro episódio, uma mãe, preocupada e muito angustiada, procura a direção do curso, para reclamar de um professor que estaria ensinando, segundo ela, uma religião diferente para o seu filho. Ao tomar ciência dessa grave acusação, o diretor procura colher mais informações da mãe e acaba por descobrir que não se trata de ensino religioso e sim do cumprimento da Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira em todas as instituições de ensino fundamental e médio, públicas e privadas. A lei ainda instituiu o Dia da Consciência Negra (20 de novembro).

Novamente, usa-se o recurso de se utilizar de uma personagem secundária e aparentemente sem muitas informações, para com isso se estabelecer um ponto inicial de esclarecimento. Este episódio pretende dar voz àqueles que não estejam familiarizados com as leis que regem a educação em nosso país e que, em diversas ocasiões, devido à sua formação religiosa, ou apenas familiar, discordam de decisões tomadas no ambiente acadêmico. Com muita habilidade, o professor acalma aquela senhora, dando-lhe o mínimo de informações necessárias.

A partir deste contexto, pode-se promover um amplo debate em sala de aula sobre a importância desta lei que, apesar de já superar vinte anos de sua vigência, ainda não alcançou os objetivos que a conceberam, apesar de todo o esforço aplicado por muitos que lutaram e lutam por ela. Nesse contexto, também pode ser inserido o debate sobre as cotas raciais e ainda uma discussão sobre o racismo.

CONCLUSÃO

Neste ponto, reitero haver no livro *Flor de Setembro* um grande potencial para dar suporte ao professor, no que concerne à árdua tarefa de conquistar a atenção de seus alunos. Desse modo, a indicação do livro pode ser feita com base em sua proposta que, à primeira vista, se apresenta em um estilo informal e despretensioso, entretanto, seu conteúdo é permeado por temas de alta complexidade.

A contemporaneidade traz desafios que precisam de respostas, cada vez mais rápidas e eficientes. Nesse sentido, o professor precisa estar atento às demandas urgentes de seu público-alvo. Portanto, quando se trata de alunos do 9° ano ou do ensino médio, urge que se atente para a forma como estes são bombardeados com toda sorte de sobrecarga de informações, que competem de forma injusta e desigual, com o esforço do professor em oferecer informações de qualidade.

A partir do exposto anteriormente, fica evidente que é preciso lançar mão de todas as ferramentas disponibilizadas para que o ofício do ensino seja ainda mais eficiente. Assim, apresento o livro *Flor de Setembro*: um romance acadêmico, que foi produzido com base no conceito da Interdisciplinaridade, devido ao seu estilo, amalgamando poesia, humor, e uma linguagem bem acessível, abusando, assim, da criatividade, como mais uma ferramenta para auxiliar no ensino de História, como dia Barros (2019).

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. Seis Desafios para a Historiografia no Novo Milênio. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

CASTRO, Miguel Barboza. Usos do passado sensível no ambiente digital: o "Brasil: Nunca Mais Digital" e o projeto "eva.stories". ESBOÇOS: HISTÓRIAS EM CONTEXTOS GLOBAIS, [s. l.], v. 27, n. 45, p. 249–263, 2020. Disponível em:https://doi.org/10.5007/2175-7976.2020.e68390

FOLLETT, Ken. "Queda de Gigantes" in O Século (vol.3), Rio de Janeiro: Editora Arqueiro, 2012.

LEAL, Bruno. História Pública: uma breve bibliografia comentada.*In*: 6 nov. 2017. Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/historia-publica-biblio. Acesso em: 26 maio 2025.

LEAL, Bruno. História Pública. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9ix3u1o13ek&t=2s. Acesso em 26/04/2025.

OGASSAWARA, Viviane Trindade, Juliana Sayuri, Borges. O historiador e a mídia: diálogos e disputas na arena da história pública. Revista Brasileira de História, [*s. l.*], v. 39, p. 37–59.

RIBEIRO, Felipe Augusto Dos Santos et al. Explorando os potenciais da história digital: A experiência do Centro de Documentação e Imagem da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Campus de Nova Iguaçu. ESTUDOS HISTÓRICOS (Rio de Janeiro), [s. l.], v. 33, n. 69, p. 152–172, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s2178-14942020000100009.

SCHMITDT, Benito. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=m0nh3SG8Ie8 Acesso em 26/04/2025.

CARLOS AUGUSTO COSTA DE SOUZA é graduando em História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
E-mail: augustosouzauerj@hotmail.com